

Parte da dívida irá Ext. para projetos sociais

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Está em curso delicada operação no plano externo, executada pelo ministro Dílson Funaro por decisão pessoal do presidente José Sarney. Seu objetivo é a retenção, se possível já este ano, de quatro a cinco bilhões de dólares dos 12 bilhões que temos enviado anualmente para o Exterior por conta do pagamento da dívida externa.

Sarney pretende, através da renegociação de parcelas da dívida e, também, da queda dos juros internacionais, reaquecer ainda mais a economia nacional, vendo aplicada a quantia referida em planos e programas sociais e de desenvolvimento. Agora que o processo inflacionário desapareceu, abre-se invulgar oportunidade para a ação do capital produtivo e para as iniciativas sociais. Mas precisamos de recursos vultosos. Esses recursos existem, estão aqui mesmo, obtidos por conta do crescente superávit nas exportações. Acontece que há muito tempo estamos mandando para fora, a cada ano, 12 bilhões de dólares. Com compreensão por parte de nossos credores, mas também com determinação e firmeza de nosso lado, a meta é que de quatro a cinco bilhões de dólares fiquem aqui.

Não é fácil, as resistências dos credores são fortes. As conversas de Dílson Funaro com os representantes dos bancos credores, há uma semana, em Nova York, fizeram-se nesse sentido. Haverá de se negociar e discutir, até teimar e resistir, mas não há como deixar de esperar compreensão. Afinal, um desenvolvimento acelerado não implicará apenas mais empregos, no Brasil, ou em melhoria de nossa economia. Oportunidades se abrirão para o capital estrangeiro associar-se em projetos de diversas espécies.

Estão em fase de elaboração final na Presidência da República diversos planos sociais, que até seriam anunciados nesta semana. Ao que parece, ficarão para depois do retorno do presidente, que viaja dia 3 a Portugal. A demora no anúncio da reforma universitária, da reforma agrária e da reforma urbana, bem como da reforma bancária, entre outras, prende-se também à possibilidade de encaminharmos soluções para diminuir o fluxo de recursos para o Exterior. O Brasil tem cumprido a tradição de honrar seus compromissos, o que nos facilitará a tarefa. Importa, no entanto, para o Palácio do Planalto, encontrar mecanismos capazes de reduzir o montante que, de alguns anos para cá, deixa o País todos os anos.

A idéia, no governo, é a implementação de programas através da iniciativa privada, até com participação externa. Dentro de um mês, serão anunciados os resultados de estudo de viabilidade para completar a ligação ferroviária de Mato Grosso do Sul e do interior do Paraná com o porto de Paranaguá. Um

escoamento eficaz determinará o imediato aumento da produção. A empreitada terá seu custo orçado em um bilhão e meio de dólares. Paralelamente, está em pauta a integração ferroviária do Nordeste com o Centro-Sul, por meio de uma estrada de ferro margeando a rodovia Belém—Brasília. O abastecimento seria normalizado, nas regiões, e a produção também aumentaria bastante. Há a alternativa de essa ligação se fazer pelo interior de Pernambuco e da Bahia, chegando a Minas Gerais e Brasília, e daqui para o Sul. Um bilhão de dólares é o custo do projeto.

As fórmulas em exame, no Ministério dos Transportes, envolvem a participação de grupos privados, que, por sua vez, explorariam essas ferrovias e aufeririam os lucros correspondentes ao investimento. O capital estrangeiro seria convidado a participar, e, no caso da ligação Mato Grosso do Sul—Paraná, já existe um grupo japonês interessado.

Os quatro a cinco bilhões de dólares economizados da remessa anual significam recursos da iniciativa privada, que os investiria em atividades produtivas no território nacional. Numa hora em que se conseguiu paralisar a ação meramente especulativa do capital, por meio da nova política de combate à inflação, abre-se imenso leque de possibilidades a quem queira investir na produção. Uma parte dos recursos canalizados para fora precisa ficar aqui, para que isso aconteça. Não se trata de inversões estatais, mas de aplicação privada.

Pouca gente, no governo, admite falar do tema, pelos desdobramentos que a operação poderá ter para os credores.

Ainda há dias, o presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi, passou por Brasília e, em conversa com Sarney, demonstrou-se entusiasmo com os resultados do plano de combate à inflação. Disse que para onde o Brasil se inclinar será seguido pelos demais países latino-americanos. A ocasião seria, para nós, a mais propícia, na tentativa de reduzir o escoamento de recursos para fora, com vistas à aplicação interna.

Está prevista nova viagem do ministro Dílson Funaro aos Estados Unidos. Não se esperam efeitos imediatos na renegociação e na queda de juros, mas os primeiros resultados precisarão verificar-se no segundo semestre. Torna-se urgente vencer as resistências de muitos credores, que, para participar dos entendimentos, ainda estão exigindo que o Brasil celebre novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. Seria a hora, em seguida, de cuidar da interrupção do fluxo, já mais de forma unilateral, como fez o Peru, mas através do diálogo e do convencimento, bem como da firmeza. Uma frase do presidente José Sarney, dita a um de seus ministros, define a importância da questão: "Precisamos desse dinheiro aqui".

C.C.